



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO Nº                      , DE 2015**  
**(Do Sr. Paulo Azi)**

*Solicita que esta CPI requirite ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região cópia do inteiro teor do processo nº 0015377-64.2015.4.03.0000, que trata da denúncia de compra, pelo POSTALIS, de terreno em Cajamar, São Paulo, utilizando irregularmente os ativos do Fund.*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no § 3º do art. 58 da CR/88, e dos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta CPI, criada “*investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos vultosos aos seus participantes*”, requirite ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região cópia do inteiro teor do processo nº 0015377-64.2015.4.03.0000.

**JUSTIFICAÇÃO**

Diversos órgãos da imprensa têm noticiado déficits recordes em fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos. Muitas dessas notícias estão ligadas a má gestão dos recursos destes fundos de previdência e algumas falam em corrupção propriamente dita.

Em notícia do Estadão de 08/07/2015, foi apurado que a Justiça Federal de São Paulo determinou o bloqueio dos bens de 20 pessoas ligadas ao Postalis e a empresas do setor imobiliário que negociaram a venda de um terreno para o fundo no valor de R\$ 196 milhões. As suspeitas são de que o negócio tenha sido feito de forma irregular.

Ainda as suspeitas em torno da operação se deram porque uma empresa com sede na Nova Zelândia, a Latam Real State, atravessou o negócio do Postalis. O fundo de pensão estava negociando a área em Cajamar diretamente com o empresário Luiz Fernando Pires. De acordo com reportagem da revista Época de novembro de 2014, o Postalis estava disposto a pagar R\$



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

194 milhões pelo terreno, mas Pires o vendeu por R\$ 150 milhões à Latam, que três meses depois o revendeu ao Postalis pelo valor oferecido ao fundo.

Diante de todo o exposto, de forma a bem realizar os trabalhos desta Comissão, solicitamos cópia do documento citado neste Requerimento, imprescindível para a realização de uma adequada investigação acerca dos fatos amplamente divulgados e documentados.

Sala da Comissão, em            de            de 2015.

PAULO AZI  
Deputado Federal  
Democratas/PB